

FONOAUDIÓLOGO (16H)



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▮ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▮ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▮ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▮ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▮ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Assistência farmacêutica no Brasil

A análise das políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica (AF) no Brasil exige a consideração de processos históricos complexos, nos quais interagem dimensões institucionais, disputas técnico-científicas e dinâmicas sociais, inscritas na conformação do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma pioneira, o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX, constituindo elos fundantes da história e da política de saúde no Brasil. Sua conquista mais visível, a implantação do SUS, transformou profundamente o setor, incluindo a definição de novos horizontes para a AF. Ambos os movimentos enfatizaram a necessidade de garantir o pleno acesso aos medicamentos, reforçando a urgência de institucionalizar uma política nacional de medicamentos.

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), que instituiu o SUS, inseriu, pela primeira vez, a assistência terapêutica e farmacêutica no conjunto das ações e serviços de um sistema de saúde. Até então, os medicamentos estavam sob a responsabilidade da Previdência Social, sendo regidos pela Central de Medicamentos (CEME). Criada em 1971, essa autarquia mantinha relativa independência frente ao Ministério da Saúde (MS) e atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários.

Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF, até então marcada por um desenho centralizado e excludente. A proposta da CEME confrontava diretamente os novos paradigmas inaugurados pelo SUS. Nesse contexto, a inclusão do acesso à farmacoterapia no âmbito das políticas sanitárias estabeleceu o compromisso de sua garantia como um direito público, sob responsabilidade do Estado. No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade.

O primeiro marco político nesse sentido foi a aprovação da Política Nacional de Medicamentos (PNM), em 30 de outubro de 1998. Elaborada sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Saúde do MS, e integrante da Política Nacional de Saúde, a PNM buscou alinhar a questão dos medicamentos e da AF ao modelo assistencial do SUS, especialmente no que se refere à implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população. Com o objetivo de garantir a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, bem como promover seu uso racional, a PNM observa e fortalece os princípios e as diretrizes constitucionais e legalmente estabelecidos.

É evidente o esforço de adequação do campo farmacêutico aos princípios do SUS. Todavia, o desenho dessa política ainda preserva uma ênfase centrada no medicamento, orientando não apenas a modelagem da assistência farmacêutica, mas também um amplo conjunto de ações correlatas. Assim, se antes da PNM havia uma desarticulação da assistência farmacêutica no âmbito dos serviços de saúde, a (re)articulação promovida por essa política foi estruturada com base nos contornos estabelecidos pelo medicamento. Nesse sentido, limitar sua compreensão a uma função exclusivamente terapêutico-assistencial desconsidera a multiplicidade de modos de existência e de ação que o medicamento pode assumir, obscurecendo as ambivalências que o situam em contextos culturais e sociais específicos.

Os medicamentos são veículos de ideologias: moldam percepções de saúde, constroem identidades e influenciam valores e relações sociais. Sua apropriação, portanto, requer uma observação ampliada, que os considere como parte de uma dinâmica do cuidado, capaz de revelar a arquitetura das relações sociais nas quais estão inseridos. Somente assim é possível reconhecer os processos plurais e, por vezes, conflitivos que vinculam medicamentos e farmacêuticos à produção de saúde.

Fonte: PENAFORTE, T. R. Assistência farmacêutica no Brasil: uma análise antropológica da formulação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2026 (com adaptações).

Questão 01. Com base nas ideias expressas no texto a respeito dos processos históricos que envolveram a saúde pública e a Assistência Farmacêutica no Brasil, analise as assertivas que seguem:

- I.** A assistência farmacêutica no Brasil formou-se à margem das lutas sociais e das dimensões institucionais que ergueram o Sistema Único de Saúde.
- II.** A implantação do Sistema Único de Saúde é apontada pelo texto como o resultado de maior visibilidade alcançado pelos movimentos sanitários.
- III.** A assistência farmacêutica já integrava o conjunto de ações e serviços do sistema nacional de saúde antes da aprovação da Lei Orgânica da Saúde.
- IV.** Tanto o Movimento Sanitário quanto a Reforma Sanitária defenderam a garantia do pleno acesso da população aos medicamentos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A)** II, apenas.
- (B)** III e IV, apenas.
- (C)** I, II e III, apenas.
- (D)** II e IV, apenas.

Questão 02. A reconstrução histórica das políticas públicas de assistência farmacêutica (AF) no Brasil revela que a consolidação dos preceitos do Sistema Único de Saúde não ocorreu de forma imediata. Ao analisar a trajetória institucional que vai da criação da Central de Medicamentos às reformas do final do século XX, o texto demonstra que a incorporação efetiva das diretrizes constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade na AF deu-se:

- (A) De maneira simultânea e automática à criação da Central de Medicamentos, em 1971, autarquia que já operava sob a gestão direta do Ministério da Saúde.
- (B) Imediatamente após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde, a qual consolidou, de pronto e na prática imediata, a descentralização do acesso aos fármacos.
- (C) De forma gradual e progressiva, culminando na aprovação e institucionalização da Política Nacional de Medicamentos no final da década de 1990.
- (D) Antecipadamente à Constituição de 1988, momento em que a Lei Orgânica da Saúde transferiu a responsabilidade da farmacoterapia para a Secretaria de Políticas de Saúde.

Questão 03. Ao afirmar que a Central de Medicamentos atuava como **instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários**, o autor deixa subentendido que a política pré-SUS:

- (A) Assegurava distribuição gratuita e irrestrita de remédios a toda a população brasileira sem distinção de renda.
- (B) Operava sob uma lógica mercantil e segmentada, distanciada do princípio de universalidade do acesso.
- (C) Delegava aos estados e municípios a responsabilidade total pela compra e distribuição de fármacos.
- (D) Subordinava as estratégias de oferta da indústria farmacêutica privada às diretrizes sanitárias unificadas do Ministério da Saúde.

Questão 04. De acordo com o texto, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), integrante da Política Nacional de Saúde, foi elaborada com a finalidade de alinhar a Assistência Farmacêutica às diretrizes do Sistema Único de Saúde. A respeito dos objetivos expressos da PNM, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** um de seus pilares fundamentais.

- (A) A priorização da fiscalização da indústria em detrimento da dimensão assistencial do atendimento.
- (B) A transferência do controle logístico de insumos essenciais de saúde para consórcios do setor privado.
- (C) O condicionamento da garantia de qualidade dos insumos à prévia comprovação da capacidade de financiamento por parte dos estados e municípios.
- (D) A promoção do uso racional dos medicamentos, articulada à garantia de sua eficácia e qualidade.

Questão 05. No encerramento do texto, o autor defende a necessidade de superar a visão puramente instrumental do insumo farmacêutico. Ao caracterizar os medicamentos como **veículos de ideologias**, o texto fundamenta a tese central de que esses produtos:

- (A) Carregam múltiplos modos de ação e existência que extrapolam a neutralidade biológica, moldando valores e percepções no âmbito da atenção à saúde.
- (B) Devem ter sua utilidade avaliada sob a perspectiva da eficácia biomédica e da segurança farmacológica aferidas em ensaios clínicos controlados.
- (C) Servem como instrumentos de doutrinação partidária utilizados pelo Estado para impor diretrizes sanitárias sem o consentimento da população.
- (D) Atuam como elementos de distorção da prática farmacêutica, ao subordinar a ética assistencial dos profissionais aos interesses de lucratividade do complexo econômico-industrial.

Questão 06. A respeito dos recursos coesivos, das relações sintático-semânticas e das escolhas estilísticas empregadas no quinto parágrafo do texto, analise as partes que seguem:

*(1ª parte): O uso do prefixo entre parênteses na palavra **(re)articulação** cumpre a função discursiva de denotar que a integração promovida pela PNM restaurou exatamente o mesmo modelo que vigorava na época da CEME.*

*(2ª parte): O conector **Todavia** estabelece uma relação de causalidade, indicando que o foco no medicamento é o motivo direto para o sucesso da adequação às diretrizes do Sistema Único de Saúde.*

Pode-se afirmar que:

- (A) A 1ª parte é verdadeira, e a 2ª parte é falsa.
- (B) A 1ª parte é falsa, e a 2ª parte é verdadeira.
- (C) Ambas as partes são verdadeiras.
- (D) Ambas as partes são falsas.

Questão 07. Com base na interpretação do texto no tocante às diferenças entre o arranjo institucional pré-SUS e a consolidação do acesso à farmacoterapia como política pública sanitária, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Antes do processo de reconfiguração institucional trazido pelo Sistema Único de Saúde, a gestão dos medicamentos estava vinculada à Previdência Social.
- (B) A estrutura da CEME caracterizava-se pela ausência de autonomia frente ao Ministério da Saúde, ao qual se alinhava de forma simétrica desde sua criação.
- (C) A inclusão do acesso à farmacoterapia no campo das políticas sanitárias formalizou o compromisso de garantir esse acesso como um direito público.
- (D) Sob o modelo do Sistema Único de Saúde, a garantia do acesso à farmacoterapia passou a ser de responsabilidade direta do Estado.

Questão 08. Analise a estrutura sintático-gramatical e as regras de acentuação gráfica do trecho a seguir: **O Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX...** Em relação às propriedades linguísticas do período, analise as assertivas abaixo:

- I. A presença do vocábulo **que** atua como elemento de coesão sequencial, mantendo a unicidade de um período simples estruturado sobre uma só oração.
- II. Os vocábulos **fenômenos** e **século** são acentuados graficamente com base na mesma regra ortográfica, pois ambos são palavras proparoxítonas.
- III. O verbo **configuraram** possui sujeito composto, constituído pelos núcleos **Movimento Sanitário** e **Reforma Sanitária Brasileira**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09. No trecho **No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais**, a alteração no emprego das vírgulas que mantém a correção gramatical e o sentido original do texto é:

- (A) No entanto somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.
- (B) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva os, dispositivos constitucionais.
- (C) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva os dispositivos constitucionais.
- (D) No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF, passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.

Questão 10. Considere as propriedades fonológicas e morfológicas das palavras presentes no seguinte trecho: **Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF...** Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- (A) A palavra **reconfiguração** apresenta correspondência quantitativa entre o número de letras e o de fonemas.
- (B) O vocábulo **institucional** pertence à classe gramatical dos adjetivos, sendo uniforme quanto ao gênero.
- (C) O vocábulo **Essa** pertence à classe gramatical dos pronomes, sendo um pronome demonstrativo.
- (D) A palavra **assistencial** apresenta dois fonemas a menos do que o seu total de letras.

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Sobre tributos municipais, a Lei Orgânica traz que uma lei municipal deverá estabelecer isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana para proprietários comprovadamente pobres, com _____, de baixo valor, determinando os critérios e limites para averiguação destas condições.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) poucos móveis.
- (B) CPF irregular.
- (C) dívidas.
- (D) apenas um imóvel.

Questão 12. Qual das alternativas, de acordo com a Lei Orgânica, traz a legislação que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que disporá sobre as alterações na legislação tributária e que estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, entre outros?

- (A) Lei do Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei do Orçamento Anual.
- (D) Lei dos Tributos Municipais.

Questão 13. A Lei Orgânica traz que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização:

- (A) Executiva.
- (B) Legislativa.
- (C) Judiciária.
- (D) Popular.

Questão 14. O Servidor Municipal abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social, ingressante no serviço público municipal de Toropi até 31 de dezembro de 2019, será aposentado voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de _____ anos de efetivo exercício no serviço público e _____ anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas algumas condições previstas na Lei Orgânica.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) cinco; cinco.
- (B) dez; dez.
- (C) cinco; dez.
- (D) dez; cinco.

Questão 15. A Lei Orgânica estabelece que, valendo-se de sua autonomia e competência asseguradas nas Constituições Federal e Estadual, o Município deve elaborar projetos ou programas de desenvolvimento local, atento aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal, no campo da Atividade Econômica, da Política Urbana e de outras previstas em quantos dos itens que seguem, como exemplos? **I.** Do Desenvolvimento Rural; **II.** Da Assistência Social, da Educação, da Cultura e do Desporto; **III.** Do Meio Ambiente.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 16. Analise as assertivas que seguem, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, acerca do repouso semanal:

- I.** Para cada hora de falta sem motivo justificado, o servidor perderá a mesma quantidade de horas na remuneração de repouso da semana.
- II.** Nos serviços públicos ininterruptos, poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis ou religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cem por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 17. Sabe-se que o exercício de atividade em determinadas condições assegura ao servidor a percepção de um adicional de cinco, dez e vinte por cento sobre o piso básico do Município, segundo a classificação dos graus: mínimo, médio e máximo, respectivamente. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos também traz que os percentuais serão verificados periodicamente e adequados conforme o grau indicado no laudo elaborado por profissionais capacitados para este fim e demais critérios da legislação específica.

Diante disso, quais seriam as condições citadas para as características desse adicional?

- (A) Perigosas.
- (B) Constrangedoras.
- (C) Insalubres.
- (D) Penosas.

Questão 18. Analise o texto a seguir, com base no que traz o Regime Jurídico dos Servidores Públicos:

Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, à critério da Administração e com reposição de custos, até o limite de trinta e cinco por cento da remuneração, excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o limite citado é de trinta por cento da remuneração.
- (C) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que não são excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias da remuneração no cálculo do limite citado.

Questão 19. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o adicional por tempo de serviço, _____, é devido por ano de serviço público prestado ao Município, à razão de _____ por cento ao ano. Ainda, o servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio, e incidirá sobre o seu vencimento básico.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) não cumulativo; um.
- (B) não cumulativo; meio.
- (C) cumulativo; um e meio.
- (D) cumulativo; um.

Questão 20. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos afirma que não será concedida ajuda de custo ao servidor que:

- I.** For posto à disposição da União, do Estado, de outro Município ou de entidade autárquica.
- II.** Se afastar da sede em virtude de mandato eletivo.
- III.** For removido a pedido ou por permuta.

Estão CORRETAS:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Considerando o que se apresenta no texto constitucional, quantos dos seguintes itens são atribuições de competência do Sistema Único de Saúde? **I.** Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; **II.** Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; **III.** Colaborar na proteção do meio ambiente, nele excetuado o do trabalho.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 22. Analise o texto a seguir, de acordo com a Constituição Federal:

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que as ações e serviços de saúde não podem ser executados por terceiros.
- (C) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que as ações e serviços de saúde não podem ser executados por pessoas físicas.

Questão 23. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Assim, na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida à participação complementar, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato, que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados, em:

- (A) Relações políticas do partido da situação.
- (B) Demonstrativo econômico-financeiro.
- (C) Opiniões de médicos do local ou região.
- (D) Capacidade de absorção do mercado de trabalho aos profissionais de saúde.

Questão 24. A assistência terapêutica integral consiste em, por exemplo, dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravamento à saúde a ser tratado ou, na falta do protocolo, no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento a ser pactuada no(a):

- (A) Fundo Municipal de Saúde.
- (B) Secretaria Local de Saúde.
- (C) Conselho Municipal de Saúde.
- (D) Política Local de Saúde.

Questão 25. Tem-se, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde, que as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo quantas das seguintes atenções à saúde? **I.** Primária; **II.** Terciária; **III.** Secundária.

- (A) Nenhuma delas.
- (B) Apenas 1 delas.
- (C) Apenas 2 delas.
- (D) Todas as 3.

Questão 26. Para fins da Lei Orgânica da Saúde, considera-se _____ a modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) telessaúde.
- (B) saúde remota.
- (C) home saúde.
- (D) saúde secundária.

Questão 27. Quantos dos seguintes itens apresentam disposições essenciais contidas no Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde? **I.** Adequação das ações e dos serviços dos entes federativos em relação às atualizações realizadas na RENASES; **II.** Investimentos na rede de serviços e as respectivas responsabilidades; **III.** Recursos financeiros que serão disponibilizados por cada um dos partícipes para sua execução.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 28. Sabe-se que, sem prejuízo das outras providências legais, o Ministério da Saúde deve informar aos órgãos de controle interno e externo, por exemplo:

- I. A não aplicação, malversação ou desvio de recursos financeiros.
- II. O descumprimento justificado de responsabilidades na prestação de ações e serviços de saúde e de outras obrigações previstas no decreto regulamentador da Lei Orgânica da Saúde.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 29. A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS. A RENAME será acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional – FTN, que _____ a prescrição, a dispensação e o uso dos seus medicamentos.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna, de acordo com a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde:

- (A) custeia.
- (B) padroniza.
- (C) subsidia.
- (D) condiciona.

Questão 30. Sabe-se que a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde compreende todas as ações e serviços que o SUS oferece ao usuário para atendimento da integralidade da assistência à saúde. Para além disso, é de conhecimento público que o Ministério da Saúde consolida e publica as atualizações da RENASES com determinada periodicidade.

Nesse sentido, considerando a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde, qual das alternativas abaixo apresenta a periodicidade citada?

- (A) A cada seis meses.
- (B) A cada doze meses.
- (C) A cada três anos.
- (D) A cada dois anos.

Questão 31. A atuação fonoaudiológica na saúde materno-infantil deve considerar a promoção, a prevenção e a identificação precoce de alterações, conforme as políticas públicas. Sobre essa atuação, são opções, EXCETO:

- (A) A Triagem Auditiva Neonatal possui finalidade diagnóstica, de modo que o resultado “falha” confirma perda auditiva.
- (B) Na amamentação, o Fonoaudiólogo pode avaliar sucção, deglutição, respiração e aspectos do sistema estomatognático, além de orientar a família.
- (C) A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança prevê atenção integral ao desenvolvimento infantil, incluindo aspectos relacionados à comunicação, alimentação e audição.
- (D) A atuação fonoaudiológica pode ocorrer em diferentes níveis de atenção, envolvendo promoção, prevenção, identificação precoce e intervenção.

Questão 32. Na reabilitação da disfagia orofaríngea, as manobras devem ser selecionadas conforme o déficit fisiológico identificado. Com base nisso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A manobra de Mendelsohn aumenta principalmente a pressão lingual e a propulsão oral.
- (B) A deglutição com esforço consiste em realizar a deglutição voluntariamente com maior força, podendo aumentar a pressão durante a deglutição.
- (C) A deglutição supraglótica tem como objetivo principal aumentar a abertura do esfíncter esofágico superior.
- (D) A manobra de Masako é uma estratégia compensatória realizada com alimento para direcionar o bolo ao lado faríngeo mais eficiente.

Questão 33. A escolha do método audiológico infantil depende da idade e da capacidade de condicionamento da criança. Com base nisso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A audiometria condicionada por brincadeira é indicada para lactentes, independentemente da capacidade de compreender a tarefa.
- (B) A audiometria de reforço visual é preferencialmente utilizada em crianças pré-escolares, por exigir respostas motoras voluntárias.
- (C) A audiometria tonal convencional pode ser aplicada a qualquer criança a partir de 1 ano, desde que realizada em campo livre.
- (D) A audiometria de reforço visual é indicada para crianças menores que ainda não respondem por condicionamento lúdico.

Questão 34. Na interpretação conjunta da audiometria tonal, imitanciometria e logaudiometria, analise as partes que seguem:

Limiares aéreos elevados, ósseos preservados e gap aéreo-ósseo indicam perda condutiva. Um timpanograma tipo B, com volume de orelha externa preservado, reforça essa hipótese (1ª parte). O SRT deve apresentar concordância com a média tonal das frequências da fala, enquanto o IRF avalia o reconhecimento de palavras em condição supraliminar, podendo estar reduzido mesmo quando há audibilidade adequada (2ª parte). Um timpanograma tipo A não exclui perda auditiva neurosensorial, pois a imitanciometria avalia principalmente a função da orelha média (3ª parte).

Das partes, pode-se afirmar que está(ão) CORRETA(S):

- (A) Somente a 1ª parte.
- (B) Somente a 2ª parte.
- (C) Somente a 3ª parte.
- (D) A 1ª, a 2ª e a 3ª partes.

Questão 35. Considerando o desenvolvimento da linguagem na perspectiva cognitivista de Jean Piaget, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A linguagem surge apenas no período pré-operatório, quando a função simbólica já está plenamente constituída.
- () O pensamento pré-operatório caracteriza-se pela reversibilidade lógica e pela conservação, possibilitando operações mentais sobre objetos ausentes.
- () A linguagem egocêntrica relaciona-se à dificuldade de descentração e à predominância do próprio ponto de vista.
- () No período operatório concreto, a descentração e a reversibilidade permitem relações lógicas, ainda vinculadas a situações concretas.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – F – V.

Questão 36. Acerca das lesões benignas das pregas vocais, analise as assertivas a seguir:

- I. Nódulos vocais são geralmente bilaterais, simétricos e relacionados ao fonotrauma, ocorrendo com frequência na junção dos terços anterior e médio.
- II. Pólipos vocais são tipicamente bilaterais e simétricos, enquanto o edema de Reinke é uma lesão focal e unilateral, geralmente associada ao fonotrauma.
- III. O edema de Reinke consiste no acúmulo de líquido na lâmina própria superficial, sendo frequentemente associado ao tabagismo e à redução da frequência fundamental.

Está(ão) INCORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.

Questão 37. Acerca do desenvolvimento do comportamento auditivo nos primeiros 24 meses, analise as assertivas abaixo:

- I. Entre 4 e 6 meses, a localização sonora ocorre apenas no plano horizontal, sendo a resposta ao próprio nome esperada somente após 12 meses.
- II. Entre 7 e 9 meses, a criança pode responder ao próprio nome e reconhecer nomes de pessoas e objetos; entre 10 e 12 meses, pode responder a palavras simples e imitar sons.
- III. Entre 13 e 18 meses, é esperado compreender comandos simples; entre 19 e 24 meses, ocorre ampliação da compreensão e da expressão, podendo surgir combinações de duas palavras.

Está(ão) INCORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.

Questão 38. A Saúde do Trabalhador, no SUS, compreende ações de promoção, prevenção, assistência e vigilância, considerando o trabalho como determinante no processo saúde-doença. Sobre a atuação fonoaudiológica, são opções, EXCETO:

- (A) A fonoaudiologia pode atuar na promoção, prevenção, avaliação e reabilitação, considerando a relação entre alterações fonoaudiológicas e condições de trabalho.
- (B) Na exposição ocupacional ao ruído, o Fonoaudiólogo pode participar da avaliação auditiva e do Programa de Conservação Auditiva (PCA), contribuindo para a prevenção de perdas auditivas relacionadas ao trabalho.
- (C) A Saúde do Trabalhador prioriza a assistência individual, enquanto a investigação dos ambientes e processos de trabalho compete aos serviços de vigilância.
- (D) A atuação fonoaudiológica deve considerar fatores ambientais e organizacionais do trabalho, articulando ações assistenciais, preventivas e de vigilância.

Questão 39. Na avaliação fonoaudiológica, um paciente apresenta mastigação unilateral, escape anterior de alimento e dificuldade na formação do bolo alimentar. Com base no diagnóstico e tratamento, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A mastigação unilateral está relacionada à alteração da função mandibular, sendo indicada a realização de exercícios para favorecer a mastigação bilateral.
- (B) A avaliação deve considerar os movimentos mandibulares e linguais, a ação muscular, a formação do bolo e fatores estruturais que possam interferir na mastigação.
- (C) O escape anterior de alimento sugere alteração da força mastigatória e orienta a escolha dos exercícios terapêuticos.
- (D) A mastigação bilateral alternada pode ser utilizada como estratégia terapêutica após a identificação dos fatores envolvidos na alteração.

Questão 40. A reabilitação fonoaudiológica das fissuras labiopalatinas deve considerar alterações estruturais, função velofaríngea, ressonância e produção dos sons da fala. Sabendo disso, são opções, EXCETO:

- (A) A insuficiência velofaríngea pode produzir hipernasalidade e emissão nasal, exigindo avaliação integrada para definição da conduta terapêutica.
- (B) Erros articulatórios compensatórios podem ser tratados por terapia fonoaudiológica, com enfoque na modificação do ponto e modo de articulação.
- (C) A presença de hipernasalidade decorrente de insuficiência velofaríngea estrutural deve ser corrigida por terapia articulatória.
- (D) A reabilitação deve ser interdisciplinar, podendo envolver fonoaudiologia, cirurgia, odontologia e outras especialidades, conforme as necessidades do paciente.